



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Câmara de Vereadores de Navegantes
CNPJ:	83.551.531/0001-08
Endereço:	Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3342-1818
E-mail:	contabilidade@cvnavegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.cvnavegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Jefferson Machado Macarini
CPF	056.122.149-95
Cargo/Função	Presidente do Legislativo
Período de gestão	de julho à dezembro de 2019
Ato Nomeação e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2019, 11/07/2019
Ato Exoneração e data	
Endereço Residencial	Rua Itajaí, 645 – São Domingos/Navegantes/SC
E-mail	vereador.jeffersonmacarini@hotmail.com

Nome	Valmir Cesar Francisco
CPF	291.476.389-15
Cargo/Função	Presidente do Legislativo
Período de gestão	de janeiro à julho de 2019
Ato Nomeação e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2019, 17/12/2018
Ato Exoneração e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2019, 11/07/2019
Endereço Residencial	Rua Olavo Honorato Coelho, 317– Gravata/Navegantes/SC
E-mail	vereadorchero@hotmail.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

- 1x Agente de Serviços Gerais
- 1x Assessor Contábil
- 1x Assessor de Comunicação Social

6x Assessor de Gabinete
1x Assistente Contábil
1x Assistente Legislativo
1x Coordenador Financeiro
1x Procurador Geral
10x Vereador
1x Vereador Presidente

Fonte: portal da transparência, relação de servidores/empregados ativos.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Navegantes/Sc:

Art. 27 Cabe à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município enumeradas nos artigos 12, 13 e 14 desta Lei Orgânica, especialmente:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de receitas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III - fixação e modificação dos efetivos da guarda municipal;
- IV - planos e programas municipais, distritais e secretarias de desenvolvimento;
- V - transferência temporária da sede do Governo Municipal;
- VI - organização administrativa e respectivas reformas;
- VII - criação transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;
- VIII - aquisição, administração, alienação, arrecadamento e cessão de bens imóveis do Município;
- IX - prestação de garantia, pelo Município, em operação de crédito a seu favor ou a seus órgãos da administração direta, indireta, ou fundação instituída pela municipalidade;
- X - criação, incorporação, fusão e desmembramento de distritos;
- XI - procedimentos em matéria fiscal da competência do Município;
- XII - proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente, respeitadas as legislações estadual e federal;
- XIII - disciplinamento das áreas urbanas do Município;
- XIV - conceder títulos honoríficos e homenagear pessoas.

Ainda de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Navegantes/Sc:

Art. 28 Compete privativamente à Câmara Municipal:

- I - eleger sua mesa;
- II - emendar esta Lei Orgânica;
- III - autorizar referendo e convocar plebiscito, mediante solicitação subscrita por no mínimo dois terços de seus membros;

IV - resolver sobre acordos ou atos intermunicipais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

V - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, e:

a) conhecer de suas renúncias;

b) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para interromper o exercício de suas funções;

c) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para se ausentarem do País, e do Município para dentro do País quando a ausência exceder a quinze dias.

VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII - mudar temporariamente sua sede;

VIII - Fixar subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal nos arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016)

IX - apreciar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, inclusive os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XI - fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos da administração direta e indireta do Município;

XII - manter uma comissão de fiscalização dos gastos públicos, com amplos poderes de controle e vistoria, conforme o estabelecido em lei;

XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face das atribuições normativas do Poder Executivo;

XIV - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei municipal declarada ilegal ou inconstitucional por decisão do Tribunal de Justiça do Estado;

XV - solicitar, quando couber, intervenção estadual no Município;

XVI - pronunciar-se sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas do território municipal, quando solicitado pela Assembleia Legislativa, a quem de direito;

XVII - promover, na forma da lei federal, ou por deliberação da maioria absoluta dos membros, a instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e funcionários do primeiro escalão do governo do Município, decretando a perda do mandato e/ou cargos, na forma da lei;

XVIII - proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal quando não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura anual da sessão legislativa;

XIX - elaborar o seu Regimento Interno;

XX - dispor sobre sua organização, funcionamento criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação das respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXI - conceder licença aos Vereadores;

XXII - votar propostas de emendas à Constituição Estadual.

XXIII - Fixar o subsídio dos Vereadores, o qual será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos nesta

Lei Orgânica e os limites máximos dados pela Emenda Constitucional nº 25 de 2000. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016).

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Prog.	Título do Programa	PREV. INICIAL	PREV. ATUALIZ.	DESP EMP.	DESP LIQ.	DESP PAGAS
1.126	Construção da nova sede da Câmara de Vereadores	450.000	450.000			
1.125	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara de Vereadores	50.000	50.000			
2.119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	4.855.000	4.855.000	4.641.506	4.641.506	4.641.506
Total Geral		4.855.000	4.855.000	4.641.506	4.641.506	4.641.506

Situação metas físicas:

Cód. Prog.	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2019				Realizado			
		Prod uto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC
1.126	Construção da Nova Sede da Câmara de Vereadores	Imóv el			1			0	0%

Obs: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	11	10	10	10	10	10	11	10	10	12	13	13
Serv. Ocup. de cargo/emprego em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente												
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	16	15	14	15	16	15	15	16	15	15	17	15
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	31	29	28	29	30	29	30	30	29	31	34	32

Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	46.683	50.547	52.862	48.373	55.094	233.611	52.434	54.860	296.795	52.434	52.434	83.624	1.079.750
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	121.402	125.795	125.795	125.795	125.795	174.552	126.349	125.795	125.795	138.374	147.959	211.564	1.674.968
Serv. Ocup. de cargo/emp. em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente													
Serv. Ocup. de cargo/emp. em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	76.511	75.260	86.670	83.792	87.607	116.483	91.865	93.603	83.993	83.993	91.446	146.738	1.117.959
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	244.596	251.601	265.327	257.960	268.495	524.646	270.648	274.257	506.582	274.801	291.839	441.926	3.872.678

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções)	Mês / Quantidade												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Técnico de som (1x)	3.765	3.765	3.765	4.668	4.668	4.668	4.668	4.668	4.668	4.668	4.668	4.668	53.306
Técnico de filmagem (1x)	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	42.000
Recepcionistas (2x)	0	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	5.333	10.666	63.995
Agente de serviços gerais (1x)	0	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	3.508	7.016	42.099
Total	7.265	16.106	16.106	17.009	17.009	17.009	17.009	17.009	17.009	17.009	17.009	25.850	201.399

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Este item não se aplica para esta entidade.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Este item não se aplica para esta entidade.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres neste exercício por parte desta unidade gestora.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Tomada de Preço	0	0	0	0
Pregão Presencial	0	1.341,50	158.456,41	159.797,91
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	111.360,98	84.570,63	195.931,61
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	3.023,76	179.303,97	182.327,73
Total	0	115.726,24	422.331,01	538.057,25

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Diário Oficial dos Municípios” CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 4077 de 20 de dezembro de 2018 Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Dispensa de Licitação Nº 182/2015 PMN Contrato Nº 263/2015 Termo Aditivo 313/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Leis Municipais” Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Fiscais de Contrato: Portaria Nº 2.008 de 13 de setembro de 2016 Patrícia Gualberto - (Titular)
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 200, nº 200 Bairro Andurinha, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Inexigibilidade de Licitação Nº 96/2015 PMN Contrato Nº 131/2015 Termo Aditivo 305/2018 com vigência de 01/01/2019 a 31/12/2019

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Nº Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
387	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	4	IV.3. RECOMENDAR à Câmara de Vereadores a anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes no Relatório Técnico.	Recomendação Não Atendida	68/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 58/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 48/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 38/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 28/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 18/19: Sem novas informações adicionadas neste período da pesquisa. 68/18: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
388	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	5	IV.4. RECOMENDAR ao Município de Navegantes que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	Recomendação Não Atendida	68/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 58/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 48/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 38/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 28/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 18/19: Sem novas informações adicionadas neste período da pesquisa. 68/18: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
389	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	6	IV.5. SOLICITAR à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.	Recomendação Não Atendida	68/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 58/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 48/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 38/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 28/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 18/19: Sem novas informações adicionadas neste período da pesquisa. 68/18: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.
390	01/01/2018	Tribunal de Contas	Relatório PCP 18/00216308	Câmara de Vereadores	Recomendações do TCE emitidos no parecer de contas do prefeito	7	IV.6. DAR CIÊNCIA do Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do Relatório DMU n. 456/2018 que o fundamentam, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Navegantes.	Recomendação Não Atendida	68/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 58/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 48/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 38/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 28/19: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento. 18/19: Sem novas informações adicionadas neste período da pesquisa. 68/18: Não foram apreciadas as contas do exercício de 2017 até o momento.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício com esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de dezembro de 2019.

Jefferson Machado Macarini
Presidente do Legislativo